

Congresso funcionará às segundas

Acordo está fechado e Regimento Interno começa a ser votado hoje

Os líderes do PMDB, PFL e PDS, Luiz Henrique, José Lourenço e Amaral Netto, concluíram um acordo, ontem de manhã, pelo qual a Câmara e o Senado funcionarão ordinariamente apenas às segundas-feiras, dia em que não se realiza sessão da Constituinte. Com o acordo, está eliminado o principal ponto de divergência que estava impedindo a aprovação do Regimento Interno definitivo da Constituinte, que começa a ser votado hoje.

O deputado Ulysses Guimarães trabalhou, durante o último fim de semana, para acelerar o entendimento entre as lideranças. A fórmula da Câmara e Senado funcionarem só nas segundas-feiras foi concebida por Ulysses e levada aos demais líderes pelo líder da bancada do PMDB na Câmara, Luiz Henrique. Na noite de domingo, Ulysses conversou sobre o assunto com o presidente do Senado, Humberto Lucena, que já havia convocado reunião plenária para ontem.

EM AÇÃO

Ulysses Guimarães começou a promover contatos e reuniões a partir das sete horas da manhã de ontem, quando recebeu em sua residência oficial na Península Sul, o secretário-geral das mesas diretoras da Câmara e do Senado. Ulysses estava com receio de que a falta de um acordo impedisse a aprovação do Regimento Interno da Constituinte no início da semana — o que adiaria mais ainda a votação da matéria, em face da posse dos governadores no dia 15.

Existem para Ulysses, projetos importantes que justificariam a convocação

Esquerdas vão obstruir

Bem que o deputado Ulysses Guimarães tentou, mas o acordo em torno do Regimento Interno da Constituinte não obteve unanimidade entre as lideranças partidárias. PDT, PT, PC do B e PSB não concordam com a emenda Maurílio Ferreira Lima, que limita a soberania da Assembleia, e prometem obstruir a votação da matéria através de sucessivos pedidos de votação nominal.

Juntos, os partidos descontentes com o acordo do Regimento, reúnem apenas 47 constituintes, número insuficiente para aprovar ou rejeitar qualquer item da proposta. De qualquer forma, eles acreditam que boa parte do próprio PMDB está insatisfeita com a emenda Maurílio Ferreira Lima: "Quem apóia esta soberania de faz-de-conta terá que anunciar o seu voto publicamente", ameaça o líder do PDT, deputado Brandão Monteiro.

MENOS UM

Depois de perder o apoio do grupo Pró-Soberania do PMDB, os partidos de esquerda amargaram ontem outra deserção: o PCB, através de seu líder Roberto Freire, fechou integralmente com o acordo articulado pelo deputado Ulysses Guimarães por entender que

Amaral agora negocia tudo

O PDS, que ameaçava transformar-se no maior obstáculo à aprovação do Regimento Interno da Constituinte, mostra agora um ânimo bem mais conciliador. "Estamos dispostos a negociar tudo", disse ontem o líder Amaral Netto.

Para Amaral, as propostas relativas ao Regimento Interno "não são más". A principal reivindicação do partido — a abertura e funcionamento da Câmara dos Deputados — foi atendida. O deputado diz que a Câmara será convocada ordinariamente às segundas-feiras, às 14 horas, a partir da próxima semana, independentemente das reuniões extraordinárias que possa realizar em outros dias.

Amaral Netto ficou satis-

Senado já tem trabalho

Doze embaixadores e dois ministros de tribunal dependem do Senado para começar a trabalhar. Os senadores precisam reunir-se e aprovar a indicação dos 14 nomes aos cargos para os quais foram designados. Os embaixadores, que vão chefiar missões no exterior, por enquanto são substituídos por diplomatas já acreditados, mas os ministros — um do Tribunal Federal de Recursos e outro do Superior Tribunal Militar — estão com seus lugares vagos.

O diplomata mais conhecido é o imortal José Guilherme Merquior, intelectual polemista e ex-assessor do ministro Leitão de Abreu na Chefia do Gabinete Civil da Presidência, nomeado para a embaixada do Brasil no México. É a primeira missão diplomática que Merquior vai chefiar. Para a embaixada na Albânia, aguarda aprovação o ex-presidente do Instituto Brasileiro do

Const 87

extraordinária da Câmara, como o projeto de lei que regula o uso do software, o que altera a chamada Lei Fleury, o que promove substanciais alterações no sistema da Previdência, entre outros.

Nos termos do acordo entre os líderes do PMDB, PFL e PDS (os demais líderes seriam consultados posteriormente) foi estabelecido que não será realizado plebiscito durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Ao final do trabalho, caberá à Assembleia decidir pela conveniência ou não de um plebiscito total ou parcial da nova Constituição.

A hipótese de apresentação de propostas de iniciativa popular através de 30 mil assinaturas foi mantida no Regimento. Os líderes concordaram com a nova redação do dispositivo que garante a soberania da Constituinte, através dos termos de redação proposta pelo deputado Maurílio Ferreira Lima, pelos quais a Constituinte poderá sobrestar qualquer ato que ameace sua soberania.

O líder do PDS, deputado Amaral Netto, defendeu suas emendas ao Regimento — uma confere poderes à Constituinte para fixar os subsídios dos constituintes e uma outra sugere uma fórmula de distribuição do tempo de 83 minutos entre todos os partidos: o PMDB com 20 minutos, o PFL com 15, o PDT, PDS, PT e PTB com 10 minutos e os pequenos partidos com três minutos cada.

"o confronto não traria resultados práticos". Na verdade, ao contrário dos demais líderes de esquerda, Freire acha que a fórmula encontrada preserva o "fundamental", ou seja, a possibilidade de apresentação do projeto de decisão.

Para o deputado Haroldo Lima (PC do B), contudo, os termos do acordo tornam o Regimento "inócuo", no que se refere à soberania. "Se as Forças Armadas resolverem cercar esta Casa, não teremos instrumentos para evitar a invasão."

Pelo PT, o vice-líder José Genoino não só rejeitou os termos do acordo como ameaçou pedir votação nominal para os mais de 100 destaques apresentados ao Regimento. Durante a reunião com o deputado Ulysses Guimarães, juntamente com os outros líderes descontentes, ele recusou um apelo pessoal do presidente da Constituinte no sentido de que não houvesse tentativa de obstrução da votação.

Hoje pela manhã, a partir das 10 horas, representantes do PDT, PT, PC do B e PSB estarão reunidos para definir uma estratégia comum a ser adotada durante a votação do Regimento.

feito com o acordo depois de uma reunião com o próprio Ulysses Guimarães, no gabinete da presidência da Câmara. Ele disse à imprensa que se o presidente da Câmara Ulysses Guimarães, concordou com o funcionamento da Casa, ainda que mínimo, ele não tinha por que continuar criando dificuldades.

Na presença de Ulysses e Amaral Netto, o deputado Genólio Neto (PT-SP) protestava contra o acordo de lideranças que garantiu o funcionamento da Câmara, sustentando que só a Constituinte deveria ser competente para isso, ainda que concordasse em iniciar a votação do Regimento Interno na sessão de hoje, quando Ulysses espera que a matéria esteja aprovada.

Café, Carlos Alberto Leite Barbosa, que vai exercer a função cumulativamente com a de embaixador em Roma.

Os ministros que estão na lista de espera são Francisco de Assis Toledo (indicado para o Tribunal Federal de Recursos) e Luiz Leal Ferreira (Superior Tribunal Militar). A relação de diplomatas é a seguinte: Amaury Banhos Porto de Oliveira (embaixador do Brasil em Cingapura), Ronald Leslie Moraes Small (Irã), Jayme Villa-Lobos (Gabão), Luiz Fernando do Couto Nazareth (Reino do Lesoto), Oswaldo Biato (Libéria), Aloysio Mares Dias Gomide (Haiti), Guy Mendes Pinheiro de Vasconcelos (Guiné), Cláudio Garcia de Souza (Confederação Helvética), Sérgio Paulo Rouanet (Dinamarca) e Rubens Antonio Barbosa (chefe da delegação para o Desarmamento e os Direitos Humanos).

LUIZ MARQUES



O acordo sobre o regimento e o funcionamento do Congresso saiu em reunião entre os líderes

Uma batalha, que não houve

Uma verdadeira operação de guerra foi montada no último fim-de-semana pelo Palácio do Planalto e pela liderança do PFL para assegurar a abertura da sessão da Câmara ontem às 13 horas, caso o deputado Ulysses Guimarães não concordasse em fazê-lo.

O 1º vice-presidente da Câmara, Homero Santos (PFL-MG) foi localizado na praia em Guarapari (ES) pela assessoria do Palácio do Planalto e chamado às pressas para Brasília. Chegou ontem de madrugada e foi orientado a ficar atento "para qualquer emergência". O deputado mais velho, Hildo Fur-tado Leite (PFL-CE), também foi chamado no Ceará, onde se encontrava, para que, se fosse o caso, abrir a sessão às 13 horas.

Tudo estava pronto. O líder do PFL, José Lourenço, e seu colega do PDS, Amaral Netto, haviam convocado as respectivas bancadas para colocar 48 deputados em plenário.

A estratégia, contudo, foi desnecessária. Logo após as 11 horas, Ulysses telefonou aos líderes do PFL e do PDS comunicando sua disposição de realizar sessões normais da Câmara todas as segundas-feiras, além de reuniões extraordinárias quando fossem necessárias. O esquema foi desmobilizado e às 13 horas de ontem apenas alguns taquígrafos compareceram para uma sessão que acabou não se realizando.

Primeira sessão define normas

Derrubando definitivamente a tese da Constituinte exclusiva, o Senado realizou ontem sua primeira sessão extraordinária para a apreciação do projeto de resolução que prevê a reformulação de seu regimento interno, de forma a compatibilizar os trabalhos legislativos ordinários com o funcionamento prioritário do Congresso Constituinte. O projeto, assinado pelos líderes do PMDB, Fernando Henrique Cardoso, PFL, Carlos Chiarelli, e Jarbas Passarinho, do PDS, foi lido na sessão noturna de ontem e deverá ser votado em regime de urgência-urgentíssima em nova extraordinária, convocada para hoje às 10 horas.

Depois de alterar um projeto de resolução original, elaborado pela mesa do Senado, os líderes do PMDB, PFL e PDS redigiram um substitutivo definindo que as sessões ordinárias do Senado — como na Câmara — ser-ão realizadas sempre às segundas-feiras, das 14 às 18 horas, já que neste dia a Assembleia Nacional Constituinte não se reúne.

De acordo com o líder Fernando Henrique Cardoso, houve algumas divergências até mesmo dentro do PMDB quanto às normas de funcionamento do Senado, mas todos foram unânimes em concordar com a realização de sessões em horários não-

coincidentes com as sessões da Constituinte, pois além da ordinária das segundas-feiras, poderão ser convocadas outras extraordinárias. Estas sessões se destinariam à apreciação de matérias consideradas de urgência e deverão ser convocadas pelo presidente do Senado, Humberto Lucena, ou por um terço dos senadores.

DIVERGÊNCIAS

Nas negociações que envolveram a elaboração do projeto de resolução que irá modificar o atual regimento do Senado, segundo Humberto Lucena, a única divergência que surgiu foi quanto ao funcionamento e instalação das comissões técnicas. Algumas correntes defendiam a designação imediata de nomes para compor as comissões que funcionariam informalmente proferindo pareceres orais, em plenário. Outros queriam a extinção de todas as comissões para a formação de uma grande comissão, composta de 24 membros — um representante de cada Estado e do Distrito Federal.

Havia também os que defendiam a tese levantada pela Câmara dos Deputados, de só designar as comissões técnicas após a promulgação da Constituição. Mas, finalmente, ficou definida a suspensão de todas as comissões permanentes — com exceção da Diretora e a de Fiscaliza-

ção e Controle — sendo que todo o plenário, com seus 72 senadores, formaria uma comissão única, os relatores serão designados pelo presidente e seus pareceres proferidos oralmente. Neste caso, se a matéria apreciada for complexa e dificultar sua instrução em plenário, a mesa poderá conceder ao relator prazo de 48 horas para elaborar seu parecer.

A julgar pelo número de decretos-leis já enviados pelo Executivo ao Congresso para deliberação, várias sessões extraordinárias deverão ser convocadas já para os próximos dias. O líder do PDS, Jarbas Passarinho, revelou que nada menos que 194 decretos já lhe foram apresentados pelo presidente da Casa, Humberto Lucena. Isto, até o Carnaval.

Já o líder do PSB, senador Jamil Haddad, argumentou que o funcionamento do Senado se faz necessário justamente para fiscalizar os atos do Executivo. "Se o Senado não funcionar, qual a tribuna que iremos ter para contestar estes decretos-leis? Daqui para frente vai ser tudo através destes mecanismos?", indagava. Mas o seu interesse maior é a abertura de uma CPI para fazer uma auditoria sobre a dívida externa brasileira, o que pretende solicitar já nas próximas sessões.